

**Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Secretaria de Auditoria**

**Relatório de Monitoramento
(CSJT-A-10302-39.2018.5.90.0000)**

Processo de Monitoramento: Processo SEI Nº 6018034/2025-00

Órgão Auditado: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Cidade Sede: Rio de Janeiro/RJ

Período da inspeção *in loco*: 26 a 30/11/2018

Área auditada: Gestão de Tecnologia da Informação e
Comunicações e de Gestão Patrimonial

Data de emissão do Relatório de Auditoria: 24/01/2019

Data da Decisão: 1º/02/2019

AGOSTO/2025

SUMÁRIO

| | | |
|------|--|----|
| 1. | INTRODUÇÃO..... | 3 |
| 2. | ANÁLISE DO ATENDIMENTO DAS DELIBERAÇÕES..... | 11 |
| 2.1 | COAÇÃO DOS SERVIDORES PARA RESSARCIMENTO AO ERÁRIO DOS BENS DESAPARECIDOS NOS INVENTÁRIOS ANUAIS..... | 11 |
| 2.2 | AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO DOS GESTORES E DEFICIÊNCIA NO APROVEITAMENTO DO QUADRO ESPECIALIZADO DE TI..... | 12 |
| 2.3 | INEXISTÊNCIA DE POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAL DE TI | 14 |
| 2.4 | FALHAS NA AVALIAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DE TI..... | 15 |
| 2.5 | INEXISTÊNCIA DE PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE TI..... | 16 |
| 2.6 | INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DE SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES | 17 |
| 2.7 | GESTÃO PATRIMONIAL – DESAPARECIMENTO DE BENS..... | 19 |
| 2.8 | GESTÃO PATRIMONIAL – REAVALIAÇÃO DOS BENS..... | 21 |
| 2.9 | MODELO DE GESTÃO DE BENS MÓVEIS..... | 24 |
| 2.10 | SUCATEAMENTO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS..... | 26 |
| 2.11 | GESTÃO DE CONTRATAÇÃO DE TI | 29 |
| 3. | CONCLUSÃO..... | 31 |
| 4. | PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO | 32 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. INTRODUÇÃO

A auditoria realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, cuja inspeção *in loco* transcorreu no período de 26 a 30 de novembro de 2018, cumpriu determinação da Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que acolheu, à época, proposta da então Coordenadoria de Controle e Auditoria, a fim de apurar irregularidades consubstanciadas em denúncia anônima, supostamente ocorridas na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação da referida Corte Trabalhista, com repercussão na área de gestão de pessoas e patrimonial.

Em face das constatações da auditoria, a Presidência do CSJT determinou ao TRT da 1ª Região, mediante Decisão publicada em 1º/02/2019, a adoção das recomendações contidas no Relatório de Inspeção, resumidas abaixo, que serão objeto deste monitoramento:

I. Temática - Gestão de Pessoal de TI:

1. Determinar ao TRT da 1ª Região que:

- 1.1 instaure processo de apuração, nos termos do art. 25 do Código de Ética do Tribunal, instituído pela Resolução n.º 35/2013, a fim de apurar eventual infringência pelo servidor C. da S. S., em função da alegada coação a servidores do setor para que rateiem o ressarcimento ao erário dos bens desaparecidos no setor; (Item 5.1.1.1.)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- 1.2 realize, em até 90 dias, pesquisa de clima organizacional restrita à STI, com vistas ao levantamento das possíveis insatisfações e no intuito de balizar a Política de Gestão de Pessoal de TI; (Item 5.1.1.2.)
- 1.3 priorize a elaboração e aprovação formal, em até 180 dias, da Política de Gestão de Pessoal de TI, em conformidade com a Resolução CNJ n.º 211/2015; (Item 5.1.1.3.)
- 1.4 realize, em até 90 dias, a avaliação qualitativa e quantitativa do quadro de pessoal de TI, que contenha, pelo menos, estimativa acerca do número de servidores e suas respectivas competências necessárias para desempenhar adequadamente as atribuições da unidade; (Item 5.1.1.4.)
- 1.5 elabore e aprove formalmente, em até 90 dias, seu plano anual de capacitação para a área de TI, contemplando temas técnicos, de gestão e governança, com, no mínimo, os seguintes elementos: objetivos, público alvo, metas, resultados esperados, local e prazos de realização dos cursos; (Item 5.1.1.5.)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1.6 realize estudo técnico, em até 90 dias, que subsidie a análise pela Administração do TRT quanto à manutenção ou não do modelo existente no TRT da 1ª Região, que duplica as atribuições do almoxarifado central. (Item 5.1.1.6.)

II. Temática - Gestão Patrimonial - Desaparecimento de bens:

2.1 Determinar ao TRT da 1ª Região que: (Item 5.2.1.1.1.)

2.1.1 realize o inventário de todos os depósitos/almoxarifados e unidades administrativas subordinadas a CSET com vistas a evidenciar ou afastar a existência de bens desaparecidos, sobretudo, de equipamentos tipo NOTEBOOK, no prazo de 30 dias; (Item 5.2.1.1.1.)

2.1.2 proceda à abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades, caso se constate desaparecimento de bens, tão logo se conclua o inventário na CSET, com prazo de 90 dias para conclusão; (Item 5.2.1.1.2.)

2.1.3 conclua as medidas saneadoras relativas aos bens desaparecidos de exercícios anteriores, no prazo de 90 dias; (Item 5.2.1.1.3.)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2.1.4 adote, imediatamente, nos processos de apuração de responsabilidade, os critérios de reavaliação de bens, que considera o valor de mercado como referência para atualização dos valores patrimoniais; (Item 5.2.1.1.4.)

2.1.5 realize, no próximo inventário anual, o arrolamento de todos os bens patrimoniais, com vistas à validação do auto inventário e a afastar a hipótese de falsa declaração de posse dos bens pelos gestores das unidades administrativas; (Item 5.2.1.1.5.)

2.1.6 proceda a reavaliação e atualização dos cadastros patrimoniais de todos os bens com valores irrisórios e históricos, com a observância dos critérios estabelecidos pela Macro Função 020335 do Manual SIAFI, no prazo de 180 dias; (Item 5.2.1.1.6.)

2.1.7 realize, anualmente, o inventário físico dos almoxarifados/depósitos por meio de comissão composta de servidores não atuantes na gestão dessas áreas, com vistas à avaliação do desempenho das atividades; (Item 5.2.1.1.7.)

2.1.8 promova, no prazo de 90 dias, o saneamento dos bens em estoque e abstenha-se de manter armazenados bens duráveis que disponham de garantia prevista em contrato;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

(Item 5.2.1.1.8.)

2.1.9 proceda à revisão do processo de planejamento das contratações, de modo que atenda aos princípios de eficiência e economicidade que regem as despesas públicas, estabelecendo processo de trabalho, papéis de trabalho, observando, como boa prática, os termos constantes da IN 05/2017 - MPOG; (Item 5.2.1.1.9.)

2.2 Recomendar ao TRT da 1ª Região que elabore estudos, no prazo de 90 dias, com vistas ao aperfeiçoamento do processo de inventário, assegurando, no mínimo, os seguintes mecanismos de controle: (Item 5.2.1.2.)

2.2.1 comprovação do efetivo inventário físico dos bens e dos agentes executores de inspeção; (Item 5.2.1.2.1.)

2.2.2 a manutenção do registro da data da inspeção física para cada bem; (Item 5.2.1.2.2.)

2.2.3 a atualização do seu estado de conservação; (Item 5.2.1.2.3.)

2.2.4 a certificação do desempenho dos almoxarifados/depósitos; (Item 5.2.1.2.4.)

2.2.5 a emissão e assinatura de termos de responsabilidades; (Item 5.2.1.2.5.)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2.2.6 o estabelecimento de metodologia, por ocasião da adoção de amostragem para validação de auto inventário, que considere os eventuais riscos de perda, a materialidade, a vida útil dos bens, os históricos das movimentações patrimoniais e sobretudo, a fixação de ciclos anuais que assegurem a completude da inspeção física de toda população dos ativos; (Item 5.2.1.2.6.)

III. Temática - Gestão Patrimonial - Impressoras multifuncionais novas sendo sucateadas:

3.1 Determinar ao TRT da 1ª Região que promova a imediata abertura de processo administrativo para fins de apuração dos danos causados pelo sucateamento de equipamentos de Informática, no âmbito da Coordenadoria de Serviços de Tecnologia e unidades subordinadas, tratando, no mínimo, dos seguintes itens: (Item 5.2.2.1.)

3.1.1 danos causados por sucateamento de impressoras no âmbito CSET e unidades subordinadas; (Item 5.2.2.1.1.)

3.1.2 risco de que os demais tipos de equipamentos em depósito tenham sido objeto de sucateamento, por meio de retirada de peças, que, economicamente, despertem interesse no mercado paralelo de informática; (Item 5.2.2.1.2.)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

3.1.3 afastamento ou evidenciação da hipótese de que impressoras multifuncionais instaladas, marca LEXMARK – modelo MX 711, estejam sem os respectivos discos rígidos; (Item 5.2.2.1.3.)

3.1.4 identificação de responsabilidades pelos prejuízos causados; (Item 5.2.2.1.4.)

3.2 Recomendar ao TRT da 1ª Região que, no prazo de 90 dias, realize estudos para aperfeiçoamento do processo de gestão de equipamentos de TI, tratando, dentre outras operações, o processo de desinstalação e guarda de equipamentos, de maneira a assegurar o registro das condições de uso, por ocasião da sua retirada no usuário e a manutenção de suas condições até a finalização do processo de desfazimento. (Item 5.2.2.2.)

IV. Temática - Gestão de Contratação de TI - Equipamentos substituídos ainda com garantia vigente.

4. Determinar ao TRT da 1ª Região que aperfeiçoe seu processo de planejamento de contratação de soluções de TI, mediante a definição de controles internos que assegurem a elaboração dos estudos técnicos preliminares, prevendo, entre outros elementos, a identificação e a justificativa objetiva da demanda da contratação, inclusive nas aquisições realizadas com recursos do CSJT, no



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

prazo de 60 dias. (Item 5.3.1.1.)

Para a realização do monitoramento, o TRT da 1ª Região providenciou o encaminhamento de documentos e informações hábeis a demonstrar a adoção das providências determinadas pela Presidência do CSJT.

A partir do exame da documentação apresentada, formulou-se juízo de valor acerca do grau de atendimento das deliberações do CSJT pela Corte Regional, bem como da conveniência da manutenção ou não de eventuais achados que possam ter a relevância atenuada em razão de mudança normativa posterior.

Impende ressaltar que essa metodologia de monitoramento possui limitações intrínsecas, pois se baseia na apresentação de dados e informações do auditado, muito embora, a depender do caso específico, outros testes sejam importantes para corroborar as conclusões, como inspeções presenciais e acessos a sistemas internos do auditado.

De todo modo, a fim de mitigar os riscos da metodologia, oportunamente, por ocasião das futuras inspeções *in loco*, serão realizados testes complementares, se necessário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2. ANÁLISE DO ATENDIMENTO DAS DELIBERAÇÕES

2.1 COAÇÃO DOS SERVIDORES PARA RESSARCIMENTO AO ERÁRIO DOS BENS DESAPARECIDOS NOS INVENTÁRIOS ANUAIS

DETERMINAÇÃO

Instaure processo de apuração, nos termos do art. 25 do Código de Ética do Tribunal, instituído pela Resolução n.º 35/2013, a fim de apurar eventual infringência pelo servidor C. da S. S., em função da alegada coação a servidores do setor para que rateiem o ressarcimento ao erário dos bens desaparecidos no setor.

SITUAÇÃO QUE LEVOU À PROPOSIÇÃO DA DETERMINAÇÃO

De acordo com os denunciante, estaria ocorrendo coação para servidores lotados na CSET cotizarem o ressarcimento de bens de TIC desaparecidos, sob a responsabilidade da unidade.

Durante a inspeção, a equipe não obteve elementos suficientes para se concluir pelo afastamento ou não da prática de coação.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E COMENTÁRIOS DO GESTOR

O TRT da 1ª Região, por meio do Ofício TRT-GP N° 746/2019 (anexo), evidenciou o cumprimento da determinação de apuração da prática de coação de servidores para cotizarem valores referentes ao ressarcimento ao erário de valores de bens desaparecidos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ANÁLISE

Os documentos apresentados pelo TRT da 1ª Região são suficientes para evidenciar o cumprimento da deliberação. Considera-se, portanto, a determinação cumprida.

EVIDÊNCIAS

- Ofício TRT-GP Nº 746/2019 – Relatório conclusivo de apuração pela Comissão de Ética do TRT da 1ª Região.

CONCLUSÃO

Determinação cumprida.

BENEFÍCIOS DO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO

Apuração de irregularidade supostamente praticada e consequente prevenção de novas irregularidades, com a mitigação de alto risco à gestão pública.

2.2 AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO DOS GESTORES E DEFICIÊNCIA NO APROVEITAMENTO DO QUADRO ESPECIALIZADO DE TI

DETERMINAÇÃO

Realize, em até 90 dias, pesquisa de clima organizacional restrita à STI, com vistas ao levantamento das possíveis insatisfações e no intuito de balizar a Política de Gestão de Pessoal de TI.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

SITUAÇÃO QUE LEVOU À PROPOSIÇÃO DA DETERMINAÇÃO

Em decorrência da denúncia, afirmou-se a existência de um grande índice de evasão na Coordenadoria de Serviços de TIC em comparação às demais Coordenadorias da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), motivada pela insatisfação dos servidores subordinados a gestores não qualificados e despreparados para as funções que ocupam.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E COMENTÁRIOS DO GESTOR

O TRT da 1ª Região, por meio do Ofício TRT-GP Nº 495/2019, anexo I, evidenciou o cumprimento da determinação de realização de pesquisa de clima organizacional.

ANÁLISE

Os documentos apresentados pelo TRT da 1ª Região são suficientes para evidenciar o cumprimento da deliberação. Considera-se, portanto, a determinação cumprida.

EVIDÊNCIAS

- Ofício TRT-GP Nº 495/2019, Anexo I - Pesquisa de clima organizacional.

CONCLUSÃO

Determinação cumprida.

BENEFÍCIOS DO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO

Melhoria de processos que reflitam diretamente na qualidade ou quantidade de serviço entregue.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2.3 INEXISTÊNCIA DE POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAL DE TI

DETERMINAÇÃO

Priorize a elaboração e aprovação formal, em até 180 dias, da Política de Gestão de Pessoal de TI, em conformidade com a Resolução CNJ n.º 211/2015.

SITUAÇÃO QUE LEVOU À PROPOSIÇÃO DA DETERMINAÇÃO

A ausência de uma Política de Gestão de Pessoal de TI, claramente definida, que proporcionasse transparência às ações da Administração do TRT da 1ª Região e minimizasse os riscos inerentes à gestão de pessoas, como a insatisfação e a desmotivação advindas das ações praticadas pelas unidades gestoras.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E COMENTÁRIOS DO GESTOR

O TRT da 1ª Região, por meio do Ofício TRT-GP N° 755/2019, evidenciou o cumprimento da determinação de aprovação formal de política de gestão de pessoas de TI.

ANÁLISE

Os documentos apresentados pelo TRT da 1ª Região são suficientes para evidenciar o cumprimento da deliberação. Considera-se, portanto, a determinação cumprida.

EVIDÊNCIAS

- Ofício TRT-GP n° 755/2019;
- Resolução Administrativa n° 20/2019.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

CONCLUSÃO

Determinação cumprida.

BENEFÍCIOS DO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO

Aperfeiçoamento estruturante de processos, com definição de linhas mestras sobre gestão de pessoas.

2.4 FALHAS NA AVALIAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DE TI

DETERMINAÇÃO

Realize, em até 90 dias, a avaliação qualitativa e quantitativa do quadro de pessoal de TI, que contenha, pelo menos, estimativa acerca do número de servidores e suas respectivas competências necessárias para desempenhar adequadamente as atribuições da unidade.

SITUAÇÃO QUE LEVOU À PROPOSIÇÃO DA DETERMINAÇÃO

Em análise à reestruturação promovida por meio da Resolução Administrativa n.º 22/2018, observou-se a ausência de um estudo qualitativo de pessoal de TI.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E COMENTÁRIOS DO GESTOR

O TRT da 1ª Região, por meio do Ofício TRT-GP N° 495/2019, anexos I e II, evidenciou o cumprimento da determinação de realização de avaliação qualitativa e quantitativa do quadro pessoal de TI.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ANÁLISE

Os documentos apresentados pelo TRT da 1ª Região são suficientes para evidenciar o cumprimento da deliberação. Considera-se, portanto, a determinação cumprida.

EVIDÊNCIAS

- Ofício TRT-GP N° 495/2019, anexos I e II.

CONCLUSÃO

Determinação cumprida.

BENEFÍCIOS DO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO

Melhoria de processos, que reflitam diretamente na qualidade ou quantidade de serviço entregue.

2.5 INEXISTÊNCIA DE PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE TI

DETERMINAÇÃO

Elabore e aprove formalmente, em até 90 dias, seu plano anual de capacitação para a área de TI, contemplando temas técnicos, de gestão e governança, com, no mínimo, os seguintes elementos: objetivos, público alvo, metas, resultados esperados, local e prazos de realização dos cursos.

SITUAÇÃO QUE LEVOU À PROPOSIÇÃO DA DETERMINAÇÃO

Constatou-se a inexistência de plano anual de capacitação formalmente aprovado e publicado, ocasionando riscos na operacionalização e gestão dos serviços de TI.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E COMENTÁRIOS DO GESTOR

O TRT da 1ª Região, por meio do Ofício TRT-GP N° 495/2019, anexo II, evidenciou o cumprimento da determinação a elaboração de plano de capacitação.

ANÁLISE

Os documentos apresentados pelo TRT da 1ª Região são suficientes para evidenciar o cumprimento da deliberação. Considera-se, portanto, a determinação cumprida.

EVIDÊNCIAS

- Ofício TRT-GP N° 495/2019, Anexo II - Plano de capacitação.

CONCLUSÃO

Determinação cumprida.

BENEFÍCIOS DO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO

Melhoria de processos, que reflitam diretamente na qualidade ou quantidade de serviço entregue.

2.6 INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DE SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

DETERMINAÇÃO

Realize estudo técnico, em até 90 dias, que subsidie a análise pela Administração do TRT quanto à manutenção ou não do modelo existente no TRT da 1ª Região, que duplica as atribuições do almoxarifado central.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

SITUAÇÃO QUE LEVOU À PROPOSIÇÃO DA DETERMINAÇÃO

Verificou-se, nas dependências do TRT da 1ª Região, a existência de dois almoxarifados, sendo um para equipamentos de TI e outro para demais bens. Diante dessa circunstância, todo o processo de trabalho referente aos bens de TIC ficavam centralizados no gestor da Coordenadoria de Serviços de TIC.

O supracitado processo de trabalho não observava o princípio de segregação de funções, princípio básico do sistema de controle interno, que consiste na separação de atribuições, nomeadamente de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E COMENTÁRIOS DO GESTOR

O TRT da 1ª Região, por meio do Ofício TRT-GP Nº 497/2019, anexo I, evidenciou o cumprimento da determinação de realização de estudo.

ANÁLISE

Os documentos apresentados pelo TRT da 1ª Região são suficientes para evidenciar o cumprimento da deliberação. Considera-se, portanto, a determinação cumprida.

EVIDÊNCIAS

- Ofício TRT-GP Nº 497/2019 – Resposta item 1.6.

CONCLUSÃO

Determinação cumprida.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

BENEFÍCIOS DO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO

Aperfeiçoamento da capacidade da Administração em identificar e analisar os riscos inerentes aos seus processos internos, assim como à melhoria dos controles internos de forma proporcional às fraquezas e ameaças.

2.7 GESTÃO PATRIMONIAL – DESAPARECIMENTO DE BENS

DETERMINAÇÃO

Determinar ao TRT da 1ª Região que:

- a) realize o inventário de todos os depósitos/almoxarifados e unidades administrativas subordinadas a CSET com vistas a evidenciar ou afastar a existência de bens desaparecidos, sobretudo, de equipamentos tipo NOTEBOOK, no prazo de 30 dias;
- b) proceda à abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades, caso se constate desaparecimento de bens, tão logo se conclua o inventário na CSET, com prazo de 90 dias para conclusão;

SITUAÇÃO QUE LEVOU À PROPOSIÇÃO DA DETERMINAÇÃO

Não foi possível concluir sobre a pertinência ou não da denúncia sobre o desaparecimento de bens, uma vez que os controles internos e o procedimento de auto inventário não são suficientes para afastar a denúncia de ocorrência de desaparecimento de bens com falsa declaração do inventariante,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

requerendo o inventário total dos bens localizados nos depósitos e unidades administrativas subordinadas a CSET.

A equipe manifestou-se pela não procedência dos itens específicos pontuados na denúncia, mas, estendendo a amostra para outros bens, identificou falhas nas atividades de gestão patrimonial do TRT passíveis de adoção de medidas corretivas pela alta administração do tribunal.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E COMENTÁRIOS DO GESTOR

Por meio dos ofícios TRT-GP nºs 416/2019 e 821/2019, aquele tribunal evidenciou o cumprimento das determinações de realização de inventário da CSET e de apurações de responsabilidades.

ANÁLISE

Os documentos apresentados pelo TRT da 1ª Região são suficientes para evidenciar o cumprimento das deliberações. Considera-se, portanto, a determinação cumprida.

EVIDÊNCIAS

- Ofício TRT-GP Nº 416/2019;
- Ofício TRT-GP Nº 821/2019 e anexos;

CONCLUSÃO

Determinação cumprida.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

BENEFÍCIOS DO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO

Apuração de irregularidade supostamente praticada e consequente prevenção de novas irregularidades, com a mitigação do alto risco à gestão pública.

2.8 GESTÃO PATRIMONIAL – REAVALIAÇÃO DOS BENS

DETERMINAÇÃO

Determinar ao TRT da 1ª Região que:

- c) conclua as medidas saneadoras relativas aos bens desaparecidos de exercícios anteriores, no prazo de 90 dias;
- d) adote, imediatamente, nos processos de apuração de responsabilidade, os critérios de reavaliação de bens, que considera o valor de mercado como referência para atualização dos valores patrimoniais;

SITUAÇÃO QUE LEVOU À PROPOSIÇÃO DA DETERMINAÇÃO

Da análise dos autos, tem-se que, no âmbito do processo de trabalho da CPID, é facultada, preliminarmente, ao responsável pela unidade detentora do bem, a localização ou a recomposição do erário, conforme consta da alínea (c), item 10.3.2 do Ato.GP n.º 3.663/2000, combinado com o artigo 10 do Ato n.º 160/2018, em que se fixa o valor atualizado do bem ou, na ausência, o valor depreciado para indenização.

Na prática, o que se constata é que, por ocasião da não localização dos bens, o valor proposto para indenização



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

refere-se ao valor contábil, sem demonstração ou justificativas referentes ao correspondente valor de mercado.

Verifica-se que os bens que compõe o acervo do TRT da 1ª Região não foram previamente reavaliados, por ocasião do início da incidência do estatuto da depreciação, em razão de deficiências funcionais do sistema patrimonial, consequentemente, há bens no cadastro geral com valor contábil equivalente ao percentual residual de 10% do valor histórico da aquisição ou de valores irrisórios.

Nesse cenário, a questão da forma em que se procede à recomposição ao Erário ganha relevo por reforçar aspectos da denúncia, sobretudo no que se refere a não informação de bens desaparecidos por ocasião do inventário, pois há risco potencial no qual o agente responsável pode emitir falsa declaração buscando o menor valor com o adiamento da recomposição.

Pode-se perceber que, ao se considerar o valor contábil para recomposição do Erário, sem uma avaliação de mercado, não se equaciona o dano causado, permanecendo o risco de prejuízos nas situações de levantamento de ativos.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E COMENTÁRIOS DO GESTOR

O TRT da 1ª Região, por meio do Ofício TRT-GP N° 1229/2019, evidenciou o cumprimento parcial das determinações.

ANÁLISE

Os documentos apresentados pelo TRT da 1ª Região são suficientes para evidenciar o cumprimento da deliberação constante do alínea "d" supra.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

No que se refere à determinação constante da alínea "c", entendeu-se não passível de monitoramento, neste momento, em razão da baixa efetividade de qualquer medida que venha a ser adotada pelo CSJT.

Isso porque os bens não localizados que justificaram a proposta já se referiam, à época da inspeção, a inventários cuja eventual aplicação de regras de responsabilização encontrariam obstáculos a serem suplantados em relação às regras de prescrição quinquenal previstas em legislação aplicável.

Contudo, sob a ótica de aperfeiçoamento de controles internos, é possível verificar as medidas em relação aos bens não localizados nos inventários de 2016 e 2017.

Considera-se, portanto, as determinações cumpridas.

EVIDÊNCIAS

- Ofício TRT-GP N° 1229/2019 - Anexo I;
- Ato n° 174/2019 - Dispõe sobre as normas de administração de materiais e patrimônio mobiliário no âmbito do TRT da 1ª Região.

CONCLUSÃO

Determinação cumprida.

BENEFÍCIOS DO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO

Aperfeiçoamento estruturante de processos, com definição de linhas mestras sobre gestão de processos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Aperfeiçoamento da capacidade da Administração em identificar e analisar os riscos inerentes aos seus processos internos, assim como à melhoria dos controles internos de forma proporcional às fraquezas e ameaças.

2.9 MODELO DE GESTÃO DE BENS MÓVEIS

DETERMINAÇÃO

Determinar ao TRT da 1ª Região que:

- e) realize, no próximo inventário anual, o arrolamento de todos os bens patrimoniais, com vistas à validação do auto inventário e a afastar a hipótese de falsa declaração de posse dos bens pelos gestores das unidades administrativas
- f) proceda a reavaliação e atualização dos cadastros patrimoniais de todos os bens com valores irrisórios e históricos, com a observância dos critérios estabelecidos pela Macro Função 020335 do Manual SIAFI, no prazo de 180 dias;
- g) realize, anualmente, o inventário físico dos almoxarifados/depósitos por meio de comissão composta de servidores não atuantes na gestão dessas áreas, com vistas à avaliação do desempenho das atividades;

RECOMENDAÇÃO

Recomendar ao TRT da 1ª Região que elabore estudos, no prazo de 90 dias, com vistas ao aperfeiçoamento do processo de inventário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

SITUAÇÃO QUE LEVOU À PROPOSIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO

Identificou-se que o processo de trabalho adotado pelo TRT da 1ª Região era o auto inventário. Em decorrência da utilização desta modalidade, constatou-se a carência de controles que assegurassem a efetiva inspeção física do bem, uma vez que a declaração da posse pelo agente responsável representava um procedimento preliminar ao inventário físico, mas não sua efetiva substituição.

Dessa forma, o modelo utilizado não assegurava o efetivo arrolamento dos bens, além de não presumir a inspeção física e atualização do seu real estado de uso, requerendo o aperfeiçoamento do processo de trabalho do TRT, uma vez que não havia garantias de que tais procedimentos estivessem ocorrendo.

Ademais, a definição da amostragem a ser realizada para inspeção física dos bens, com vistas à validação do auto inventário, não decorria de uma metodologia previamente definida.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E COMENTÁRIOS DO GESTOR

O TRT da 1ª Região, por meio do Ofício TRT-GP Nº 1229/2019, evidenciou o cumprimento parcial das deliberações.

ANÁLISE

Os documentos apresentados pelo TRT da 1ª Região são suficientes para evidenciar medidas de cumprimento das deliberações constantes das alíneas "e", "f" e "g" supra.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

No que se refere à recomendação referente à elaboração de estudos, entendeu-se não passível de monitoramento, neste momento, em razão da baixa efetividade de qualquer medida que venha a ser adotada pelo CSJT.

Sendo assim, para efeito deste processo, considera-se a determinação cumprida.

EVIDÊNCIAS

- Ofício TRT-GP N° 1229/2019.

CONCLUSÃO

Determinação cumprida.

BENEFÍCIOS DO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO

Aperfeiçoamento estruturante de processos, com definição de linhas mestras sobre gestão de processos.

Aperfeiçoamento da capacidade da Administração em identificar e analisar os riscos inerentes aos seus processos internos, assim como à melhoria dos controles internos de forma proporcional às fraquezas e ameaças.

2.10 SUCATEAMENTO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS

DETERMINAÇÃO

Determinar ao TRT da 1ª Região a imediata abertura de processo administrativo para fins de apuração dos danos causados pelo sucateamento de equipamentos de Informática, no



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

âmbito da Coordenadoria de Serviços de Tecnologia e unidades subordinadas.

RECOMENDAÇÃO

Recomendar ao TRT da 1ª Região que, no prazo de 90 dias, realize estudos para aperfeiçoamento do processo de gestão de equipamentos de TI, tratando, dentre outras operações, o processo de desinstalação e guarda de equipamentos, de maneira a assegurar o registro das condições de uso, por ocasião da sua retirada no usuário e a manutenção de suas condições até a finalização do processo de desfazimento.

SITUAÇÃO QUE LEVOU ÀS PROPOSIÇÕES DA DETERMINAÇÃO E RECOMENDAÇÃO

Na avaliação de equipamentos, por ocasião da inspeção do Depósito "C" da SEATIC, foram identificadas 15 impressoras desinstaladas, de mesma marca e modelo, cujos tombamentos fazem referência a aquisições anteriores.

Evidenciou-se que, do quantitativo de 15 impressoras desinstaladas, 10 equipamentos não apresentavam o respectivo componente.

Posteriormente, para verificação da possibilidade de funcionamento do equipamento sem o respectivo disco rígido, solicitou-se, aos técnicos de informática, a retirada do HD e apurou-se que a impressora continua operacional, perdendo somente algumas funções que demandam apoio de disco rígido, como a otimização de processamento de impressão em rede e digitalização de documentos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Diante disso, a equipe de auditoria considerou a hipótese dos equipamentos estarem instalados sem os respectivos HDs.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E COMENTÁRIOS DO GESTOR

O TRT da 1ª Região, por meio da Portaria nº 64/2019 e do Ofício TRT-GP Nº 219/2020, evidenciou o cumprimento parcial das deliberações.

ANÁLISE

Os documentos apresentados pelo TRT da 1ª Região são suficientes para evidenciar medidas de cumprimento da determinação de apuração dos danos causados pelo sucateamento de equipamentos de Informática.

No que se refere à recomendação referente à elaboração de estudos, entendeu-se não passível de monitoramento, neste momento, em razão da baixa efetividade de qualquer medida que venha a ser adotada pelo CSJT e da necessidade de realização de testes cuja relação custo/benefício não se justificariam nesta etapa do monitoramento.

Ademais, a recomendação, em termos conceituais, remete sempre ao juízo de oportunidade e conveniência do gestor.

Sendo assim, para efeito deste processo, considera-se a determinação cumprida.

EVIDÊNCIAS

- Portaria nº 64/2019;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- Ofício TRT-GP Nº 219/2020 e anexos.

CONCLUSÃO

Determinação cumprida.

BENEFÍCIOS DOS CUMPRIMENTOS DA DETERMINAÇÃO E RECOMENDAÇÃO

Apuração de irregularidade supostamente praticada e consequente prevenção de novas irregularidades, com a mitigação do alto risco à gestão pública.

2.11 GESTÃO DE CONTRATAÇÃO DE TI

DETERMINAÇÃO

Determinar ao TRT da 1ª Região que:

- h) aperfeiçoe seu processo planejamento de contratação de soluções de TI, mediante a definição de controles internos que assegurem a elaboração dos estudos técnicos preliminares, prevendo, entre outros elementos, a identificação e a justificativa objetiva da demanda da contratação, inclusive nas aquisições realizadas com recursos do CSJT, no prazo de 60 dias;
- i) promova, no prazo de 90 dias, o saneamento dos bens em estoque e abstenha-se de manter armazenados bens duráveis que disponham de garantia prevista em contrato;
- j) proceda à revisão do processo de planejamento das contratações, de modo que atenda aos princípios de eficiência e economicidade que regem as despesas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

públicas, estabelecendo processo de trabalho, papéis de trabalho, observando, com boa prática, os termos constantes da IN 05/2017 - MPOG.

SITUAÇÃO QUE LEVOU À PROPOSIÇÃO DA DETERMINAÇÃO

- Equipamentos substituídos ainda com garantia vigente;
- Falhas no estudo técnico preliminar, no tocante à justificativa da demanda por microcomputadores;
- Elevado número de bens patrimoniais novos, adquiridos em exercícios anteriores, armazenado em depósito da Secretaria de Administração de Ativos Móveis.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E COMENTÁRIOS DO GESTOR

Não se aplica.

ANÁLISE

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio da Resolução n.º 364/2023, normatizou o processo de trabalho referente ao planejamento das contratações.

Nesses termos, ocorreu a perda de objeto das deliberações constantes das alíneas "h" e "j" supracitadas.

No que se refere à determinação constante da alínea "i", o monitoramento sobre a abstenção de procedimentos, em princípio, demanda a avaliação de custo/benefício sobre a aplicação de testes para se certificar da efetividade das providências adotadas pelo TRT.

No caso, considerando que o custo de deslocamento de equipes do CSJT para o TRT com a finalidade de avaliar a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

existência tão somente de bens duráveis em estoque com garantia vigente, conclui-se que o melhor tratamento a ser dado à deliberação será a realização futura de testes em razão de auditoria com escopo mais amplo sobre a gestão de bens móveis do TRT.

Sendo assim, para efeito deste processo, considera-se a determinação cumprida.

EVIDÊNCIAS

- Resolução CSJT nº 364/2023.

CONCLUSÃO

Determinação cumprida.

BENEFÍCIOS DO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO

Aperfeiçoamento estruturante de processos, com definição de linhas mestras sobre gestão de processos.

Aperfeiçoamento da capacidade da Administração em identificar e analisar os riscos inerentes aos seus processos internos, assim como à melhoria dos controles internos de forma proporcional às fraquezas e ameaças.

3. CONCLUSÃO

O monitoramento do cumprimento das determinações constantes da Decisão da Presidência do CSJT revelou um nível adequado de aderência do TRT da 1ª Região aos comandos vinculantes do CSJT, conforme preceituado pelo artigo 111-A, § 2º, II, da Constituição Federal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Todas as deliberações foram cumpridas para efeito deste processo de monitoramento.

4. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Em face do exposto, propõe-se ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho:

- 4.1 Arquivar os presentes autos;
- 4.2 Oficiar ao TRT da 1ª Região, a fim de cientificá-lo da decisão.

Brasília, 27 de agosto de 2025.

ANDRÉ LUIZ RIBEIRO VITORINO

Supervisor da Seção de
Auditoria de Tecnologia da
Informação SECAUDI/CSJT

RAFAEL ALMEIDA DE PAULA

Assistente da Seção de
Auditoria de Tecnologia da
Informação SECAUDI/CSJT

JOSÉ TADEU TAVERNARD LIMA

Secretário de Auditoria
(SECAUDI/CSJT)